

Governo propõe aumento de até 87% para o IPTU em 97

Projeto eleva alíquotas para imóveis residenciais em 0,5%

MARIA EUGÉNIA
LAYRCE DE LIMA

O GDF decidiu não abrir mão de reajustar o IPTU do brasiliense em 1997. Nos últimos dois dias de atividade legislativa (hoje e amanhã), vai tentar aprovar um projeto substitutivo, costurado pela bancada governista, que garante um aumento de até 87% no imposto dos proprietários de imóveis residenciais. "Os deputados preparam um substitutivo", confirmou a vice-governadora Arlete Sampaio.

Entre as sete propostas discutidas na Câmara Legislativa, a que mais agrada deputados e governo é a que fixa em 0,5% a alíquota do IPTU para os imóveis residenciais edificados. Os assentamentos, como áreas de interesse social, ficariam com uma alíquota de 0,3%, independente de ter Habite-se. Hoje, os assentamentos não pagam o IPTU e os imóveis residenciais edificados são tributados com uma alíquota de 0,3%.

Inconstitucional - O projeto apresentado pelo Executivo, em setembro, não será colocado em votação porque está totalmente baseado na progressividade do imposto. Só que uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), há 15 dias, considerou inconstitucional a aplicação da progressividade por estados e municípios. Para evitar um novo embate judicial, os deputados que apoiam o governo se recusaram a colocar o projeto em pauta.

Como o Executivo está impedido, pela Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), de encaminhar um novo projeto à Câmara, a saída encontrada pela equipe de Cristovam Buarque foi convencer os parlamentares a apresentar um projeto substitutivo. O projeto original do GDF prevê a adoção progressiva de alíquotas, que crescem de acordo com a área construída do imóvel e com o número de imóveis de cada contribuinte. A variação seria superior a 100% para os moradores do Lago Sul, por exemplo.

Avaliação - O aumento da alíquota de 0,3% para 0,5% representa um aumento de até 67% no cálculo do imposto para 1997. Além de alterar a alíquota, o substitutivo que está sendo elaborado prevê um aumento na pauta dos valores venais (de avaliação) dos imóveis. A pauta foi encaminhada ao Legislativo ontem. Alguns imóveis apresentam variações de até 30%, enquanto outros permanecem com o mesmo valor.

Somando a variação dos valores, caso a média dos reajustes seja de 12% (equivalente à inflação prevista para 1996), à alteração das alíquotas, o reajuste pode chegar à casa dos 87%. O projeto é a última tentativa de o GDF garantir o aumento da arrecadação no ano que vem. Se o projeto não passar, Cristovam Buarque vai enfrentar dificuldades para honrar a sua folha de pagamento em 97, que hoje consome 82% do que arrecada.